

SUMÁRIO

Introdução: Direito das Sucessões	1
1. Sucessão: generalidades	1
2. As diferentes espécies de sucessão <i>causa mortis</i>	2
3. O direito de <i>saisine</i>	4
4. Sucessão legítima	6
4.1. Generalidades e rol de herdeiros	6
4.2. Modos de suceder.....	7
4.3. A sucessão de cada um dos herdeiros.....	8
4.3.1. A sucessão dos descendentes	8
4.3.2. A sucessão dos ascendentes.....	9
4.3.3. A sucessão do cônjuge e do companheiro.....	10
4.3.4. A sucessão dos colaterais	13
4.4. Herança jacente e herança vacante.....	13
5. Sucessão testamentária	15

Primeira Parte:

INVENTÁRIO E PARTILHA JUDICIAIS

Capítulo I – Disposições Gerais	21
1. Generalidades	21
2. As modalidades de inventário: judicial e extrajudicial.....	29
3. Partilha por ato <i>inter vivos</i>	30
4. Inventário negativo	31
5. Inventário: jurisdição contenciosa ou voluntária.....	33
6. A atividade do Ministério Público no inventário.....	35
7. Alvará e inventário	36
8. Prazo para o início e término do inventário. Litigância de má-fé	37
9. Competência para o processo de inventário.....	38
9.1. Incompetência relativa.....	39
9.2. Prevenção.....	43
10. Questões de direito que o juiz pode decidir.....	43
11. Questões prejudiciais	46

12. As questões de direito que podem ou não ser decididas pelo juiz do inventário e a jurisprudência	49
13. Recurso cabível em face das questões decididas no curso do inventário	51
14. O administrador provisório. Quem exerce tal função	52
15. O administrador provisório e a representação do espólio	54
16. A responsabilidade do administrador provisório	55
Capítulo II – Legitimidade para Requerer o Inventário.....	57
17. Obrigação do administrador provisório de requerer a abertura do inventário	57
18. A certidão de óbito deve instruir o pedido	57
19. Da legitimidade para requerer a abertura do inventário	58
Capítulo III – Inventariante e Primeiras Declarações	63
20. Nomeação do inventariante. Ordem de preferência. Recurso	63
21. Questões controvertidas sobre a nomeação do inventariante	68
21.1. Dissensão entre os herdeiros	68
21.2. Nomeação do cônjuge casado com regime diverso do da comunhão universal, ou da(o) companheira(o), como inventariante	69
21.3. O credor do espólio, o cessionário de direitos hereditários e a inventariança	70
22. Remuneração do inventariante judicial e do dativo	72
23. Honorários advocatícios contratados pelo inventariante	74
24. O inventariante e o termo de compromisso.....	75
25. A representação judicial do espólio	76
26. A administração do espólio	80
27. As primeiras e as últimas declarações	80
28. Obrigação de exibir documentos e apresentar a certidão do testamento	81
29. Obrigação de trazer bens à colação	81
30. A prestação de contas do inventariante	82
31. O pedido de insolvência	86
32. Alienação de bens do espólio	87
33. Autorização para transigir	91
34. Dívidas do espólio e despesas para a conservação e o melhoramento dos bens do acervo	93
35. Conteúdo das primeiras declarações	94
36. A situação dos herdeiros quanto à sociedade comercial de que o inventariante fazia parte	97
37. A sonogação de bens em inventário. Forma de imposição das penalidades.....	99

38. Remoção do inventariante	102
39. Processamento da remoção e defesa do inventariante	105
40. A decisão sobre a remoção do inventariante	106
41. O dever de entregar os bens e a responsabilidade do inventariante....	108
Capítulo IV – Citações e Impugnações.....	109
42. A citação daqueles que devem figurar obrigatoriamente no processo...	109
43. A forma de citação no processo de inventário	110
44. Defesa dos interessados no processo de inventário e pronunciamiento do Ministério Público	111
45. O procedimento da impugnação e o recurso cabível	114
46. Admissão no inventário de herdeiro ou legatário preterido. A situação do cônjuge ou da(o) companheira(o).....	115
47. Procedimento para admissão no inventário do herdeiro preterido e do pedido de meação do cônjuge ou companheira(o). Recurso cabível.....	119
48. A atuação da Fazenda Pública como parte. Informação do valor dos bens de raiz	120
Capítulo V – Avaliação e Cálculo do Imposto.....	123
49. A avaliação judicial como elemento de prova	123
50. Como deve ser elaborado o laudo	125
51. Casos de dispensa de avaliação de bens situados em comarca diversa daquela em que tramita o inventário	126
52. Dispensa da avaliação. Valores atribuídos pelos herdeiros	127
53. Dispensa da avaliação. Valores atribuídos pela Fazenda Pública.....	128
54. Impugnação à avaliação	129
55. Declarações finais	131
56. Manifestação das partes sobre as últimas declarações.....	132
57. Elaboração do cálculo do imposto	133
58. Impugnação do cálculo	139
59. A sentença que julgou o cálculo. Natureza jurídica. Recurso cabível ...	140
60. Momento do recolhimento do imposto. Quem está obrigado a fazê-lo ...	141
61. A renúncia à herança	143
Capítulo VI – Colações.....	145
62. Colação. Momento da conferência e da apuração do excesso	145
63. A apuração do valor do bem a ser colacionado	150
64. Da partilha em vida. Impossibilidade da colação	152
65. A renúncia, a exclusão da herança e a colação	154
66. Possibilidade de escolha dos bens a serem colacionados	156
67. Colação de bem que não comporte divisão cômoda	157

68. Mecanismo para proceder à colação	158
69. Momento para proceder à colação	159
70. O procedimento do incidente de colação. O recurso cabível	160
Capítulo VII – Pagamento das Dívidas	163
71. O pedido de pagamento de dívidas do <i>de cujus</i> . Procedimento quando ocorre a concordância das partes	163
72. Pedido de alvará. Obrigações outras do <i>de cujus</i> que não de natureza pecuniária	166
73. Pedido de pagamento de dívidas dos herdeiros	167
74. A discordância das partes, da Fazenda Pública ou do Ministério Público. A reserva de bens	169
75. Da habilitação de crédito ainda não exigível. Natureza. Procedimento em caso de concordância	171
76. Medidas judiciais próprias em caso de discordância. A condenação para o futuro	172
77. Interesse do legatário na habilitação de crédito.....	173
78. Nomeação de bens à penhora no processo em que o espólio for executado.....	174
Capítulo VIII – Partilha	177
79. Pedido de quinhão	177
80. Regras que devem ser observadas pelo juiz na decisão de deliberação da partilha.....	179
81. Bens insuscetíveis de divisão cômoda	181
82. A decisão sobre a deliberação da partilha. Recurso cabível	182
83. Reserva de bens para o nascituro	184
84. A organização do esboço de partilha pelo partidor.....	184
85. A manifestação das partes sobre o esboço de partilha. O pronunciamento judicial	185
86. O que deve conter a partilha	187
87. O pagamento do imposto de transmissão e as certidões negativas são condições para sentença de partilha?.....	187
88. A sentença que julga a partilha. Recurso	190
89. O formal de partilha	192
90. Possibilidade de emenda da partilha	193
91. Modificação da partilha.....	195
92. Partilha amigável. Ação anulatória	196
93. Prazo para a ação anulatória	198
94. Competência e procedimento para a ação anulatória	202
95. Legitimidade para a ação anulatória. Não cabimento de ação de nulidade de partilha decorrente de processo contencioso de inventário.....	202

96. Cabimento da ação rescisória	205
97. Cabimento da ação rescisória para atacar outras decisões proferidas no inventário	207
98. Legitimidade	208
99. Procedimento e competência	209
100. Efeitos da rescisão	210
Capítulo IX – Arrolamento	211
101. Arrolamento. Tipos.....	211
102. Arrolamento sumário. Irrevogabilidade da partilha amigável.....	213
103. Desnecessidade da prova de quitação dos tributos.....	214
104. Possibilidade de conversão do inventário em arrolamento sumário... ..	217
105. A petição inicial do arrolamento.....	218
106. A desnecessidade de avaliação dos bens do espólio	221
107. Taxa judiciária. Questões relativas aos tributos incidentes sobre a transmissão de bens do espólio	221
108. Da obrigatoriedade ou não da intervenção da Fazenda Pública	222
109. O arrolamento sumário e a posição dos credores.....	223
110. Arrolamento comum. Cabimento.....	224
111. Procedimento	225
112. Levantamento de valores sem necessidade de inventário ou arrolamento	228
113. Legitimidade	231
114. Aplicação subsidiária do procedimento comum do inventário. Cessão de direitos	232
Capítulo X – Disposições Comuns	235
115. Tutela provisória no inventário.....	235
116. Cessação e substituição da tutela de urgência cautelar.....	237
117. Sobrepartilha	239
118. Sobrepartilha dos bens sonegados	240
119. Sobrepartilha dos bens litigiosos	241
120. Sobrepartilha dos bens descobertos depois da partilha, daqueles situados em local remoto ou de difícil ou morosa liquidação.....	242
121. A guarda e a administração dos bens litigiosos, de difícil liquidação ou situados em lugar remoto. A inventariança na sobrepartilha	243
122. Procedimento da sobrepartilha	243
123. Nomeação de curador especial.....	244
124. Cumulação de inventários de herdeiros comuns	246
125. Cumulação de inventários de cônjuges ou de companheiros.....	246
126. Cumulação de inventários pela relação de dependência entre eles	247
127. Procedimento do segundo inventário	248

128. Cumulação de inventários. Prevalência das primeiras declarações e da avaliação	249
129. Possibilidade de partilha, no inventário do cônjuge herdeiro supérstite, de bens omitidos no inventário do cônjuge premorto	250

Segunda Parte:

INVENTÁRIO E PARTILHA EXTRAJUDICIAL

Capítulo XI – Disposições Gerais	253
130. Desjudicialização de procedimentos na perspectiva do acesso à justiça	253
131. Generalidades	256
132. Aplicabilidade da norma no tempo.....	257
133. A facultatividade do procedimento.....	257
Capítulo XII – Procedimento. Alienação de Bens	259
134. Local da realização da escritura.....	259
135. Requisitos	260
136. Reconhecimento da condição de herdeiro. União estável	264
137. Levantamento de dinheiro e alienação de bens.....	265
138. Bens localizados no exterior	266
139. Função do tabelião	266
Capítulo XIII – Requisitos e Representação	269
140. Prazo para abertura do inventário	269
141. Documentos exigidos para a realização da escritura de inventário.....	270
142. Descrição dos bens	271
143. Gratuidade.....	271
144. Emolumentos	272
145. Comparecimento dos herdeiros	273
146. A representação do espólio na escritura.....	273
Capítulo XIV – Dívidas e Bens	275
147. Das dívidas e demais obrigações pendentes	275
148. Pagamento de tributos. Fiscalização	275
149. Transferência de bens móveis e imóveis	276
Capítulo XV – Disposições Comuns	277
150. Cumulação de inventários	277
151. Inventário negativo.....	277
152. Sobrepartilha.....	277
153. Invalidez da partilha	278
Bibliografia	281